

RELATO INSTITUCIONAL 2021

Faculdade Pólis Civitas

O presente Relato Institucional (RI) da Faculdade Polis Civitas tem sua criação com base nas exigências apresentadas na Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N.º 62 e 64 e objetiva ser uma ferramenta para acompanhamento, apropriação e verificação do posicionamento da instituição frente aos resultados da avaliação interna e externa, com parâmetros norteadores sustentados no Relatório Final 2021– Ciclo 2018-2020(1), assim como nos objetivos e metas propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Breve Histórico da Faculdade Pólis Civitas

A Faculdade Pólis Civitas, instituição de ensino superior, implantada no município de Curitiba, capital do estado do Paraná, é mantida pelo Instituto de Ensino Polis Civitas Ltda.- ME., pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o no 05.745.509/0001-87.

O Instituto de Ensino Pólis Civitas é pessoa jurídica e faz parte do Grupo Educacional Pólis Civitas, juntamente com a Editora Pólis Civitas e o Infoco Pólis Civitas, que se dedica a desenvolver qualificação a profissionais da gestão pública, através de parcerias com entes públicos, em diversas unidades da federação. Foi a partir da consolidação de seus programas, com o elevado padrão de qualidade e reconhecimento institucional que emergiu a proposta de criação da Faculdade Pólis Civitas.

A Faculdade Pólis Civitas foi credenciada pela Portaria no 1.121, de 10/10/2016, publicada no DOU de 11/10/2016 para oferta de cursos presenciais, bem como pela Portaria 1582 de 10/09/2019, publicada no DOU de 12/09/2019 para a oferta de cursos na modalidade EaD.

A Faculdade Pólis Civitas possui autorização para ministrar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, com 25 vagas anuais, conforme Portaria no 685, de 31/10/2016. Este curso é oferecido na modalidade presencial. Ainda, possui autorização

para ministrar o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade EaD, com 250 vagas anuais, conforme Portaria 501 de 29/10/2019.

Conceitos Obtidos pela IES nas Avaliações Externas Institucionais e de Curso

Nas avaliações externas a Faculdade Pólis Civitas possui conceito institucional (CI) 2015 4 (quatro). E o curso de Gestão Pública possui, também, conceito de curso (CC) 2015 4 (quatro). No que tange ao ensino EaD, a Faculdade Pólis Civitas possui conceito institucional (CI-EaD) 2019 5 (cinco). E o curso de Gestão Pública EaD possui, também, conceito de curso (CC) 2019 4 (quatro). Pela recente autorização (2016 e 2019), a IES não possui índice geral de cursos (IGC), conceito Enade (Enade) ou conceito preliminar de curso (CPC).

Projetos e Processos de Autoavaliação

O Processo de Autoavaliação da Faculdade Pólis Civitas, é desenvolvido de forma a atender as 10 (dez) dimensões do SINAES, organizadas em 05 (cinco) eixos: planejamento e avaliação institucional, o desenvolvimento institucional (sua missão, PDI e responsabilidade social), as políticas acadêmicas, as políticas de gestão e a infraestrutura física. Ele contempla as políticas institucionais aqui previstas, visando o acompanhamento e a avaliação das ações. A autoavaliação institucional está articulada aos processos de planejamento institucional para efetivação das ações de melhoria.

As ações do planejamento e avaliação institucional implantadas estão relacionadas com as políticas estabelecidas pela Faculdade Pólis Civitas e seu desenvolvimento, conforme observa-se nos processos institucionalizados de planejamento e no Relatório de Autoavaliação Institucional.

Divulgação e Análise dos Resultados da Autoavaliação

A divulgação e análise dos resultados da autoavaliação são amplamente publicitadas pela Faculdade Pólis Civitas. Para tanto, são utilizados diversos meios de comunicação interna e externa, tais como: painéis e quadros de aviso nas unidades de

ensino, reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), internet, redes sociais, seminários e outros.

A divulgação dos resultados da autoavaliação propicia, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna e externa.

A Avaliação Institucional tem sido objeto de discussões na Faculdade Polis Civitas desde a sua criação. Pensando sempre nas melhorias que podem ser realizadas na Instituição com o resultado das avaliações internas e externas a Comissão Própria de Avaliação vem realizando ações nesse intuito.

Entendida como um processo contínuo e como uma ferramenta de gestão, a Avaliação Institucional na Faculdade Polis Civitas tem como princípio a identificação dos problemas, para corrigir possíveis deficiências e para introduzir as mudanças que signifiquem uma melhoria imediata da qualidade do ensino e da instituição como um todo, de acordo com as dimensões previstas na Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. A Avaliação está, portanto, diretamente vinculada à qualidade e assim exige que alunos, professores, tutores, funcionários técnico-administrativos, egressos e representantes da sociedade civil organizada informem sobre a relevância do ensino e a adequação ou readequação dele ao mundo do trabalho, sobre as ações de iniciação científica e de extensão, sobre a responsabilidade social e a infraestrutura da instituição.

A metodologia adotada no processo de avaliação é quantitativa e qualitativa e os resultados da Avaliação Institucional são validados estatisticamente ao longo do ciclo avaliativo por meio de análise comparativa dos dados coletados em diferentes segmentos, cuja finalidade é fornecer o maior número possível de informações que subsidiarão a tomada de decisões e as ações de melhorias nas áreas pedagógicas e administrativas. A partir dos resultados recebidos, a CPA analisa, estuda e acompanha as ações de melhoria necessárias e esperadas. O passo seguinte é o retorno da avaliação a todos os segmentos envolvidos de tal forma que todos tenham conhecimento dos resultados e das “Ações de melhorias a partir dos Processos Avaliativos”, construídas coletivamente, cujo enfoque é a implementação de novas ações e projetos no sentido de alcançar as metas propostas e transformar a realidade.

Dessa forma, em 2018, 2019 e 2021 (em razão da pandemia) a CPA reuniu-se e definiu o instrumento de avaliação para a primeira aplicação ao corpo discente, docente e técnico-administrativo da Faculdade Polis Civitas, bem como a aprovação dos questionários a serem aplicados.

Assim, sempre em julho de cada ano foi realizada a sensibilização a comunidade acadêmica para a participação da primeira avaliação do ciclo avaliativo 2018/2020(1), tanto como reuniões presenciais, grupos de WhatsApp, palestras da Presidente da CPA, folhetos informativos etc.

Ainda, em dezembro de cada ano, foram disponibilizados os questionários aos discentes, docentes e corpo técnico-administrativo no formato online.

Por fim, sempre nos meses de janeiro e fevereiro fora feita a apresentação para toda a comunidade, docentes, discentes, técnicos administrativos.

Plano de Melhorias a partir dos Processos Avaliativos

A elaboração de Plano de Melhorias a partir dos Processos Avaliativos deverá resultar num trabalho coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), a partir da investigação de eventuais fragilidades observadas: (a) no Processo de Autoavaliação Institucional; (b) que tenham dado causa a resultados insatisfatórios (inferior a 3) nos conceitos e/ou indicadores divulgados pelo Ministério da Educação (CC, ENADE, CPC, IGC) - quando disponíveis -, bem como a identificação de medidas capazes de produzir melhorias efetivas em seus cursos ou na Faculdade Pólis Civitas. (c) avaliações externas ocorridas.

Passamos a citar alguns dos pontos de melhoria trabalhados com base nas avaliações externas e internas.

A partir da análise das potencialidades e das fragilidades diagnosticadas em cada avaliação interna da Faculdade Polis Civitas, a CPA, juntamente com os órgãos gestores e representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, elaborou participativamente, Plano de Melhorias a Partir dos Processos Avaliativos. Este plano tem como finalidade nortear a implantação das ações propostas na Faculdade Polis Civitas, tendo como objetivo melhorar e transformar as fragilidades diagnosticadas. Ao final de cada

ano, o Plano de Melhorias é analisado, revisado e atualizado de forma coletiva por todos os envolvidos. Com essa metodologia a Faculdade Polis Civitas busca, juntamente com a sua CPA, contemplar o processo de avaliação de forma unificada e integral. Assim, procura demonstrar os resultados, analisar e propor ações de melhorias, coletivamente para todas as áreas avaliadas.

A partir da coleta de dados, da construção dos gráficos e das análises e discussões feitas com toda a comunidade acadêmica, tornou possível construir um plano de ações de melhorias conforme as potencialidades e fragilidades diagnosticadas.

As políticas institucionais da Faculdade Polis Civitas estão em acordo com o seu PDI, o qual foi revisado em 2020, tendo a sua versão 2020/2024. A missão, valores e metas da instituição estão claras e transparentes no PDI. Segundo os dados coletados e analisados pela CPA e comunidade acadêmica na aplicação do questionário, os alunos não conhecem em sua totalidade a missão, valores e metas da instituição.

Neste sentido, a CPA, juntamente com a equipe diretiva e comunidade acadêmica, definiram intensificar a divulgação nas mais diversas formas as políticas da instituição, como no site, em Seminários e painéis na própria instituição.

No PDI da instituição não há previsão de outros cursos de Graduação presenciais ou a Distância, mas tem a intenção de ofertar os seguintes cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.

Como Responsabilidade Social a Instituição oferta cursos de Extensão para a comunidade interna e externa, são eles: Abuso sexual infantil e Intervenção Precoce no Desenvolvimento Infantil.

A partir dos resultados obtidos nas respostas dos questionários aplicados pela CPA em relação as políticas acadêmicas, analisou-se que os discentes, docentes e técnico-administrativos, conhecem as políticas acadêmicas da instituição, percebem o incentivo que a Faculdade realiza para a produção acadêmica, a participação em eventos. Na análise dos resultados dos questionários percebeu-se a necessidade de divulgar e incentivar de forma mais potencializada as políticas acadêmicas, no que se refere aos alunos, incentivar de forma mais efetiva a participação em eventos, congressos, seminários, cursos de extensão. Para os docentes foi disponibilizado e divulgado um formulário eletrônico para

o incentivo a participação em eventos científicos. Para o corpo técnico-administrativo, foi elaborado um cronograma de treinamentos internos, bem como um curso online para capacitação profissional e pessoal para o ano de 2022.

O corpo docente, incluindo a didática do professor, assiduidade, conteúdo programático, metodologia foi bem avaliado pelos alunos, isso significa que os professores estão desenvolvendo as suas atividades de ensino e aprendizagem de forma significativa, o que será acompanhado como forma de potencializar com novas estratégias de ensino e de atendimento aos discentes. Em relação a infraestrutura, os alunos avaliaram de forma positiva as salas de aula, a limpeza, a conservação e a segurança da Faculdade. Sobre o atendimento da secretaria e atuação da coordenação do curso também teve uma excelente avaliação por parte dos alunos, o que demonstra um trabalho eficaz dessas áreas.

Na avaliação realizada pelos docentes, foi perceptível que os pontos positivos se referem a divulgação de informações internas sobre o PDI, o Regimento, bem como as mudanças realizadas no curso, conforme a participação e discussão dos docentes. O incentivo da Faculdade aos alunos para a participação em eventos foi bem avaliado pelos docentes, o que demonstra o bom trabalho nessa área, tendo como objetivo potencializar ainda mais esse incentivo.

No que se refere a avaliação feita pelo corpo técnico-administrativo, os itens que tratam da divulgação e disseminação sobre o PDI e Regimento e ações da Instituição aos colaboradores foram bem avaliados. Também, foi perceptível a satisfação e realização pessoal no trabalho e nas atividades realizadas.

Pontos negativos a serem trabalhados:

Em relação aos pontos negativos da avaliação, a CPA levou em consideração as respostas com porcentagem mais baixa e relação as demais, apesar das notas atribuídas não terem sido negativas, ou seja, não foram atribuídas em quase nenhuma das avaliações notas 1 (péssimo) ou 2 (ruim).

Dessa forma, no que se refere a avaliação dos discentes sobre cada disciplina do módulo vigente em dezembro de 2021, o item com porcentagem menor refere-se à

apresentação e discussão do plano de ensino e respectivas metodologias da aprendizagem no início do módulo por parte dos professores.

Ação a ser realizada referente a essa avaliação: na primeira semana do semestre letivo os professores farão apenas a apresentação do plano de ensino, tratarão da metodologia de ensino dos conteúdos e da avaliação da aprendizagem. Apesar de isso já ocorrer no início das aulas, os professores retomarão esse tema mensalmente com os alunos para identificar se a metodologia e a didática estão favorecendo a aprendizagem dos alunos e o que poderia ser mudado e aprimorado para isso.

Sobre a análise da avaliação sobre o Projeto Integrador, parte da Matriz Curricular e da Metodologia do curso, os alunos também atribuíram nota menor que os demais itens.

Ação a ser realizada referente a essa avaliação: serão realizadas reuniões com docentes e discentes, no início do semestre letivo para a discussão e definição do Projeto Integrador do módulo vigente. Também, haverá um coordenador para o projeto integrador, eleito pela coordenação do curso que ficará responsável em mediar e acompanhar o desenvolvimento dessa atividade em cada semestre.

Sobre a avaliação realizada pelos docentes, houve a percepção na atribuição menor de nota no que se refere ao incentivo a participação em eventos científicos.

Ação a ser realizada referente a essa avaliação: foi publicado um formulário eletrônico no site da instituição e no Ambiente Virtual do professor e, ainda, divulgado internamente para que, havendo interesse em algum evento científico ou de capacitação profissional os professores preencham e entreguem á coordenação que encaminhará à direção geral para aprovação. Também, a coordenação do curso e direção da Faculdade enviarão informativos aos docentes por e-mail e grupos online sobre eventos, incentivando-os a participar.

Na avaliação realizada pelo corpo técnico-administrativo, houve atribuição de nota menor que as demais no que se refere a comunicação interna, capacitação profissional formal e não formal e número de colaboradores insuficientes.

Ação a ser realizada referente a essa avaliação: no que se refere a comunicação interna, a CPA, juntamente com a Direção Geral farão reuniões quinzenais com os

colaboradores para nivelar informações, receber reclamações e sugestões com a possibilidade de trazer respostas e melhorias no que for pontuado na próxima reunião quinzenal.

A gestão institucional segue as políticas estabelecidas nos documentos oficiais, destacando-se: o Regimento, este Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI, o Projeto Pedagógico Institucional -PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC. Estes documentos estão à inteira disposição da comunidade acadêmica, e servem de base para todas as outras políticas de gestão implantadas na Faculdade Pólis Civitas: resoluções internas, portarias, normas acadêmicas, entre outras.

Os órgãos de deliberação e de execução foram concebidos com poucos níveis hierárquicos, uma vez que a hierarquia menos extensa contribui para tornar mais fácil a comunicação; exige menor controle burocrático; facilita a gestão de processos e de rotinas e a delegação de competências, podendo-se obter, em consequência, maior envolvimento da comunidade acadêmica, técnica e administrativa. Essa estrutura permite instaurar processos de decisão mais ágeis, com participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, possibilitando para cada setor autonomia e responsabilidade pelas decisões adotadas.

No que se refere à gestão institucional, esta exige que a função gerencial seja desenvolvida em todos os níveis hierárquicos da Instituição e tenha a capacidade de responder às demandas e às expectativas da comunidade interna e externa; reconstruir, quando se fizer necessário, as ideias e os conteúdos do PDI; acompanhar as mudanças políticas, econômicas, sociais, demográficas e culturais que afetam a Instituição e o ensino superior; aperfeiçoar o processo de avaliação de modo a reunir estudos e orientações que subsidiem cientificamente a decisão e a implementação de medidas que conduzam à execução do PDI.

A partir da análise dos resultados da avaliação aplicada, identificou-se que os alunos apenas de conhecerem os órgãos da instituição, ainda não entendem de forma efetiva as suas funções. Referente a coordenação do curso, os alunos avaliaram de forma participativa, porém, a direção geral a nota baixou um pouco. Para isso, foi definido que a Instituição divulgará de forma mais efetiva em diversos meios de comunicação o organograma da IES, suas funções e horários de atendimento.

Os professores avaliaram bem a participação da coordenação de curso e direção geral, bem como os demais órgãos da Instituição como secretaria, biblioteca. O que também foi estabelecido é que serão realizadas reuniões bimestrais com a direção para nivelamento de informações e projetos da instituição para o futuro.

Em relação ao número de funcionários do corpo técnico-administrativo, tema com nota inferior aos demais itens da avaliação, foi definido pela CPA e Direção Geral que, será realizada uma reunião com os colaboradores para tratar especificamente desse assunto, em que será desenhado pelas áreas o fluxograma das atividades de cada área, tendo como objetivo identificar atividades e setores que necessitam de mais funcionários para o bom desempenho e qualidade do trabalho.

Sobre a sustentabilidade financeira, a proposta orçamentária é formulada a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, investigação científica e extensão, prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e apresenta proposição de estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis.

Os recursos patrimoniais, bens móveis e imóveis, colocados à disposição da Faculdade, são de propriedade da Mantenedora, como igualmente são os recursos financeiros produzidos pelos vários setores e serviços da Instituição, independentemente de sua qualificação e proveniência.

Os valores relativos a trabalhos, projetos, convênios e similares, e da prestação de serviços pela Faculdade, são arrecadados pela Mantenedora e reunidos em uma única conta, participando como receita, do orçamento geral.

A proposta orçamentária anual da Faculdade é única e unificada, cabendo à Diretoria a administração dos recursos liberados pela Mantenedora.

O planejamento econômico-financeiro da Faculdade é levado anualmente à aprovação da Mantenedora, compreendendo o orçamento da receita prevista estimada e o plano de aplicação dos recursos solicitados.

A demonstração de contas da Faculdade é elaborada anualmente pela Mantenedora e levada à análise e pronunciamento conclusivo do Conselho Superior, no final de cada ano civil.

A previsão de receitas e despesas para o prazo de vigência do PDI é apresentada no item “10.4. Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução (05 anos)”, e considera os investimentos necessários ao desenvolvimento da Faculdade.

Analisando os resultados da primeira avaliação realizada, tanto alunos, como professores e técnicos-administrativos não conhecem o incentivo e ajuda de custos que a Instituição pode oferecer para a participação em eventos e cursos de qualificação profissional. Assim, a CPA, em conjunto com a direção potencializará essa divulgação e incentivará alunos, o corpo docente e técnicos- administrativos a participarem de eventos científicos.

A partir da análise da primeira avaliação aplicada, a infraestrutura foi bem avaliada, tanto por discentes, docentes e técnicos-administrativos. Os alunos indicaram até melhorias já realizadas desde que ingressaram, como ar-condicionado na sala de aula.

As ações citadas e outras, advindas de novos processos avaliativos internos e externos no decorrer do ano de 2022 serão levados em consideração para identificar as melhorias já realizadas e/ou potencializadas, bem como novas fragilidades que serão diagnosticadas para novas ações a serem realizadas e fortalecidas no intuito da busca constante da melhoria da qualidade em todas as áreas da Faculdade Polis Civitas. Cabe à Instituição transformar os resultados da autoavaliação em ações coletivas, valorizando a participação de toda a comunidade acadêmica com a finalidade de atender as demandas apontadas nos processos avaliativos.

Processos de Gestão

O Relatório de Autoavaliação apresenta os processos e resultados avaliativos desenvolvidos na Faculdade Pólis Civitas, as análises realizadas pela CPA da Instituição, bem como alguns resultados e indicativos de qualificação de processos, visando aliar cada vez mais avaliação e planejamento, contribuindo desta forma com os processos de gestão.

O Resultado do Processo de Autoavaliação será encaminhado à instância superior da Faculdade Pólis Civitas, a quem compete definições ou redefinição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir.

Desta forma, o resultado da avaliação subsidiará a reformulação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), dos Projetos Pedagógicos de Cursos e dos demais documentos institucionais, e as ações internas desencadeadas pelos órgãos deliberativos (Conselho de Administração Superior e Colegiados de Curso) e executivos (Diretoria e Coordenadorias) da Faculdade Pólis Civitas.

Demonstração de Evolução Institucional

Nos termos do seu PDI aprovado pelo MEC, nos últimos anos a Faculdade Pólis Civitas ofertou um curso de graduação (tecnológico em Gestão Pública) nas modalidades presencial e à distância, além de pós-graduação na sua região de inserção, garantindo novas oportunidades de acesso ao ensino superior.

O Plano de Desenvolvimento Institucional vigente substituiu o anterior da Faculdade Pólis Civitas foi aprovado para o período 2016/2020, por ocasião do seu credenciamento para a oferta do ensino presencial. A atualização constante deste documento busca refletir o caráter vanguardista das propostas de ensino e abordagens da Faculdade Pólis Civitas, sempre alinhadas ao contexto social, político e econômico no qual está inserida.

A seguir, apresenta-se uma análise do PDI anterior, ressaltando as principais ações realizadas no período de sua vigência.

ANÁLISE DO PDI ANTERIOR E MELHORIAS PROPOSTAS PELOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

- AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI ANTERIOR APROVADO
Autorização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, com 25 vagas anuais, conforme Portaria n. 685 de 31/10/2016.
- Planejamento de atividades de extensão articuladas ao curso autorizado, promovendo a difusão de conhecimentos e técnicas relacionadas a ele. Ampliação das relações e parcerias com a comunidade, instituições e empresas.
- Contratação e expansão do corpo docente da IES.
- Contratação e expansão do corpo técnico-administrativo da IES
- Discussão do Plano de Carreira Docente e do Plano de Carreira, Qualificação, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo.

- Discussão da política de capacitação do corpo docente e a política de capacitação do corpo técnico-administrativo.
- Planejamento de atividades de investigação científica articuladas ao curso autorizado e voltadas para a resolução de problemas e de demandas da comunidade na qual a Instituição está inserida.
- Implantação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Adesão ao Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. Planejamento de atividades de nivelamento.
- Criação da Ouvidoria.
- Expansão da infraestrutura física e acadêmica.
- Expansão do acervo bibliográfico.
- Disponibilização de microcomputadores e impressoras, além de recursos audiovisuais e multimídia, em número suficiente para o atendimento das necessidades apresentadas.
- Adequação da infraestrutura ao disposto Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, ao Decreto no 5.296/2004 e o Decreto no 5.626/2005, que a regulamentam.
- Promoção da avaliação contínua e permanente das atividades desenvolvidas pela Faculdade Pólis Civitas no âmbito do Projeto de Autoavaliação Institucional.
- Ampliação e utilização dos resultados da autoavaliação como subsídios para a revisão permanente do PDI e do PPI.

Conforma amplamente demonstrado, a evolução constante das atividades, documentos e avaliações da Faculdade Pólis Civitas é fundamental até mesmo para sua existência enquanto polo inovador de formação de gestores públicos e cidadãos imbuídos do que há de mais moderno, inovador e efetivo nos processos de gestão e nas áreas em que atuam. Tal fato é tão consistente que podemos notar uma melhora constante inclusive nos conceitos avaliativos externos considerando o decurso do tempo, sendo o CI aumentando de 4 para 5 (CI vs CI-EaD) e demonstrando o sucesso das constantes revisões e evoluções promovidas pela Instituição.

Da publicidade deste Relato Institucional

Como forma de apropriação da comunidade interna e externa, este documento fica disposto nos sítios eletrônicos e em meio físico na Faculdade, bem como breve síntese e íntegra conterão e farão parte da comunicação institucional da Faculdade direcionadas aos discentes, docentes, corpo técnico-administrativo e egressos, além da sociedade civil. Também deverá ser motivo de debate e apresentação nas reuniões internas e de sensibilização promovidas pela CPA como forma de permitir que todos saibam de seu conteúdo, coadunados assim com os objetivos de transparência e comunicação da Faculdade Pólis Civitas.